

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da Bari Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.
As suas atividades estão reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e Resolução CMN nº 4676/2018 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por financiamentos para aquisição de imóveis, compra de recebíveis imobiliários, refinanciamentos com lastros em bens imóveis, todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária.
A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Bari, liderado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária conta, até o encerramento deste exercício, com 2.776 operações ativas, com a carteira de empréstimos/financiamentos atingindo o montante de R\$ 444.876 milhões, apresentando um crescimento de 34% em comparação a dezembro/2018 e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 370.434 milhões e Patrimônio Líquido de R\$ 37,617 milhões.
Abaixo, demonstramos os saldos apurados para cada período, de forma comparativa, dos últimos cinco anos de atividades até o encerramento do exercício em questão:

Período	2015	2016	2017	2018	2019
Carteira de crédito (R\$ Mil)	160.566	192.482	253.759	339.826	444.875
PL (R\$ Mil)	11.451	14.595	15.029	29.765	36.918
Lucro (R\$ Mil)	4.645	4.222	1.505	15.935	9.606
LCI (R\$ Mil)	144.171	168.888	229.557	315.157	370.434

Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 31 de dezembro de 2019, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente solidez econômica-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 28 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		144.634	125.508	Circulante		242.364	142.138
Disponibilidades	4	452	1.250	Depósitos	10	40.386	10.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 5	24.410	8.409	Depósitos Interfinanceiros- ligadas		40.386	10.205
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.410	8.409	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	170.613	109.839
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	3.277	26.159	Recursos de letras de crédito imobiliário		170.613	109.839
Carteira própria		3.277	26.159	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	2.430	452
Operações de crédito		100.257	82.860	Instrumentos financeiros derivativos		2.430	452
Setor privado	7.a	103.392	85.132	Outras obrigações		28.935	21.642
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(3.135)	(2.272)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		139	46
Outros créditos	8	6.041	2.895	Sociais e estatutárias		1.495	1.196
Outros Valores e Bens	9	10.197	3.935	Fiscais e previdenciárias	11	4.056	8.684
Outros valores e bens		10.197	3.935	Diversas	12	23.245	11.716
(Provisão para desvalorização)		(703)	(438)	Passivo não circulante		209.317	215.152
Despesas antecipadas		-	376	Exigível a longo prazo		209.317	215.152
Ativo não circulante		343.965	261.547	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	199.821	205.318
Realizável a longo prazo		343.044	261.222	Recursos de letras de crédito imobiliário		199.821	205.318
Operações de crédito		336.139	250.516	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	-	2.686
Setor privado	7.a	341.483	254.694	Instrumentos financeiros derivativos		-	2.686
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(5.344)	(4.178)	Outras obrigações	11	9.496	7.148
Outros créditos	8	3.773	5.314	Fiscais e previdenciárias	11	2.282	-
Diversos		4.818	5.314	Diversas	12	7.214	7.148
(Provisão para outros créditos)		(1.045)	-	Patrimônio líquido		36.918	29.765
Outros valores e bens	9	3.132	5.392	Capital social		-	-
Outros valores e bens		3.861	6.066	De Domiciliados no país	14.a	20.000	10.000
(Provisão para desvalorização)		(229)	(674)	Aumento de Capital	14.a	11.700	-
Permanente		921	325	Reservas de lucros	14.b	5.218	19.765
Imobilizado de uso		400	212	Total		488.599	387.055
Outras imobilizações de uso		554	298				
(Depreciação Acumulada)		(154)	(86)				
Intangível		521	113				
Outros ativos intangíveis		628	196				
(Amortização Acumulada)		(107)	(83)				
Total		488.599	387.055				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros Reserva Legal	Reserva Especial Reserva Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018		10.000	-	736	4.293	15.935	15.935
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.935	15.935
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	797	-	(797)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	-	(908)	(908)
Dividendos pagos	14.d	-	-	-	(291)	(291)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	14.230	(14.230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.000	-	1.533	18.232	29.765	29.765
Mutações do período		-	-	797	13.939	14.736	14.736
Saldos em 01 de janeiro de 2019		10.000	-	1.533	18.232	29.765	29.765
Aumento de capital		-	21.700	-	(21.700)	-	-
Homologação do aumento de capital (pendente de aprovação)		-	(10.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.606	9.606
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	481	-	(481)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	(700)	(547)	(1.247)
Dividendos pagos	14.d	-	-	-	(1.206)	(1.206)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	8.578	(8.578)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20.000	11.700	2.014	3.204	36.918	36.918
Mutações do período		10.000	11.700	481	(15,028)	7.153	7.153
Saldos em 01 de julho de 2019		10.000	10.000	1.835	12.412	34.247	34.247
Aumento de capital		-	11.700	-	(11.700)	-	-
Homologação do aumento de capital (pendente de aprovação)		-	(10.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	3.574	3.574
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	179	-	(179)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	(700)	(203)	(903)
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	3.192	(3.192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		20.000	11.700	2.014	3.204	36.918	36.918
Mutações do período		10.000	1.700	179	(9.208)	-	2.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2019	2019	31/12/2018
Receitas da intermediação financeira		36.151	71.123	70.849
Rendas de operações de crédito		35.779	70.287	73.198
Resultado de aplicações em depósitos interfinanceiros	6.c	495	1.753	351
Resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos	6.c	(123)	(917)	(2.700)
Despesas da intermediação financeira		(14.085)	(30.377)	(27.119)
Operações de captação no mercado	10	(12.572)	(25.963)	(25.517)
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	7.c	(2.115)	(4.414)	(1.802)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.466	40.746	43.730
Outras receitas (despesas) operacionais		(15.906)	(25.922)	(19.425)
Renda de prestação de serviços	17	1.641	2.846	1.757
Despesas de pessoal		(2.955)	(5.130)	(4.829)
Outras despesas administrativas	16	(13.063)	(21.594)	(14.934)
Despesas tributárias	18	(1.185)	(2.298)	(2.462)
Outras receitas operacionais		845	1.443	1.233
Outras despesas operacionais		(1.189)	(1.189)	(190)
Resultados não operacionais		(200)	(277)	(666)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		5.360	14.547	23.639
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.786)	(4.941)	(7.704)
Imposto de renda - corrente		(1.845)	(4.575)	(7.699)
Contribuição social - corrente		(745)	(1.751)	(2.891)
Ativo fiscal diferido		804	1.385	2.886
Lucro Líquido do semestre/exercício		3.574	9.606	15.935
Quantidade de ações		31.700	31.700	10.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,11	0,30	1,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2019	2019	2018
Lucro líquido do semestre / exercício		3.574	9.606	15.935
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		52	92	56
Resultados com derivativos		1.610	4.286	2.823
Provisão para perdas em operações de créditos		2.113	4.414	1.602
Provisão/(Reversão) para outros créditos diversos		1.045	1.045	-
Provisão/(Reversão) para outros valores e bens		96	(180)	(715)
Provisão/(Reversão) para riscos cíveis		-	-	437
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		2.590	6.326	10.590
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(804)	(1.385)	(2.886)
Participação dos empregados		230	401	436
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:				
TVM e instrumentos financeiros derivativos		22.264	22.882	(22.280)
Operações de crédito		(70.004)	(107.434)	(87.774)
Outros créditos		(981)	(1.265)	136
Outros valores e bens		(474)	(3.822)	2.394
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:				
Depósitos interfinanceiros		18.092	30.181	3.180
Recursos de letras de crédito imobiliário		42.996	55.277	85.600
Instrumentos financeiros derivativos		(6.774)	(4.994)	(1.269)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		(38)	93	9
Obrigações sociais e estatutárias		(225)	(440)	(422)
Obrigações fiscais e previdenciárias		216	(6.507)	(80)
Outras obrigações		5.065	11.594	2.339
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.289)	(2.165)	(2.534)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		19.344	18.005	7.577
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao imobilizado		(23)	(256)	(146)
Adições ao intangível		(432)	(432)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(455)	(688)	(146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	14.d	-	(2.114)	(376)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	(2.114)	(376)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		18.889	15.203	7.055
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	4	5.973	9.659	24.862
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	4	24.862	24.862	31.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), atual denominação da Barigui Companhia Hipotecária, controlada pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., atual denominação do Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A. (99%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012.
A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) reparar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Em reunião de Diretoria, realizada em 28 de fevereiro de 2020, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.
a. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
a. Nota explicativa 3.h.(ii) e 7 - critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
b. Nota explicativa 6.b. - determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
c. Nota explicativa 9 - estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de outros valores e bens (bens não de uso);
d. Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;

principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
e. Nota explicativa 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);
3 Principais práticas contábeis
A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
a. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
b. Moeda funcional
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
c. Apuração do resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
d. Caixa e equivalentes de caixa
Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

O referido aumento está pendente de homologação do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País passa a ser de R\$ 31.700 (R\$ 10.000 em 2018), representado por 31.700 ações (10.000 ações em 2018), ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

A nova composição do capital social é a seguinte:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.	31.384.000	31.384.000	99,00%
Ivo Luiz Roveda	158.500	158.500	0,50%
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	158.500	158.500	0,50%
Total	31.700.000	31.700,00	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reservas especiais de lucros

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para reserva legal e dividendos.

d. Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos	Valor Provisionado	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Dividendos propostos em 2017	(85)	95	10/05/2018	7º AGO 30/04/2018
Dividendos e dividendos compl. recebidos - 2017	(291)	291	10/05/2018	7º AGO 30/04/2018
Dividendos propostos em 2018	(908)	908	16/05/2019	8º AGO 30/04/2019
Dividendos adicionais pagos	-	1.206	16/05/2019	Não deliberado
Dividendos propostos em 2019	(1.247)	-	-	-
Total	(2.531)	2.490		

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)			
Lucro líquido do exercício / período	3.574	9.606	15.935
Reserva legal (5%)	(179)	(481)	(797)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	3.395	9.125	15.138
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(203)	(547)	(908)
Dividendos propostos	903	1.247	908

15 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes, em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

Descrição:	Exercício 2019			Exercício 2018		
	Direitos (Obrigações)	Receita	Despesa	Direitos (Obrigações)	Receita	Despesa
Controladora (a)						
Aplicações Interfinanceiras	-	-	-	-	352	-
Depósitos Interfinanceiros	(40.386)	-	(544)	(10.205)	-	(452)
Dividendos	(541)	-	-	(854)	-	-
Utilização de estrutura compartilhada (a.1)	(549)	-	(2.775)	(183)	-	(1.963)
Pessoas jurídicas (b)						
Aluguel comercial	(8)	-	(92)	(3)	-	(43)
Utilização de estrutura compartilhada	-	-	-	47	-	313
Prestação de Serviços (b.1)	(1.154)	-	(14.169)	(565)	-	(4.728)
Pessoas físicas						
Letra de Crédito Imobiliário	(75.172)	-	(2.221)	(64.938)	-	(3.821)
Dividendos	(6)	-	-	(54)	-	-
Remuneração aos administradores	-	-	(290)	-	-	(340)

* Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Bariqui Securitizadora S/A para emissão de CRI no montante de R\$ 79.044. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

(a) Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

a.1. A Companhia e sua controladora celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(b) Enio Fornea & Cia; Central Brasileira de Cobrança Ltda; Bari Service Ltda; Bari Securitizadora S/A e Bcredi Serviços de Crédito e Cobrança S/A., Bari Service de Crédito Ltda e Bari Promotora de Serviços de Apoio a Escritório Ltda.

b.1. Prestação de serviços referem-se a serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças e assessoria administrativa.

16 Outras despesas administrativas

	2º semestre 2019	2019	2018
Despesas com depreciação/amortização	(52)	(92)	(56)
Despesas com aluguel comercial	(27)	(49)	(74)
Despesas de comunicação	(238)	(429)	(235)
Consulta órgão de proteção ao crédito	(436)	(724)	(331)
Despesas serviço sistema financeiro	(189)	(369)	(377)
Despesas judiciais e cartorárias	(729)	(938)	(489)
Despesas com propaganda e publicidade	(71)	(130)	(903)
Despesas de processamento de dados	(382)	(874)	(1.068)
Despesa com serviços técnicos especializados	(862)	(1.798)	(1.698)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(9.544)	(15.575)	(8.891)
Outras	(533)	(616)	(812)
Total	(13.063)	(21.594)	(14.934)

a. Referem-se a:

a.1 apropriação de despesas com comissões de correspondentes, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 nos valores de R\$5.904 e R\$9.416, respectivamente (R\$ 4.643 em 2018);

a.2 comissão em assessoria de cobrança, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.774 e R\$3.024, respectivamente (R\$ 1.920 em 2018);

a.3 despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.763 e R\$

2.922, respectivamente (R\$ 2.020 em 2018); e a.4 Demais valores pulverizados no semestre e exercício de R\$ 103 e R\$ 213 (R\$ 308 em 2018).

17 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem/2019	2019	2018
Confecção de cadastro			
Pessoa Física e jurídica	883	1.448	639
Tarifa de administração de contrato	758	1.398	1.118
Total	1.641	2.846	1.757

18 Despesas tributárias

	2º Sem/2019	2019	2018
Despesa de PIS	(153)	(281)	(325)
Despesa de COFINS	(945)	(1.731)	(1.999)
Despesas de ISS	(82)	(142)	(88)
Outros	(5)	(144)	(50)
Total	(1.185)	(2.298)	(2.462)

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2019	2019	2018
Impostos correntes			
Imposto de renda	(1.608)	(4.220)	(6.627)
Contribuição social	(660)	(1.623)	(2.505)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(2.268)	(5.843)	(9.132)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(322)	(483)	(1.458)
Ativo fiscal diferido	804	1.385	2.886
Total do imposto de renda e contribuição social	(1.786)	(4.941)	(7.704)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semestre/2019	2019	2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.360	14.547	23.639
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.823)	(4.946)	(8.037)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições temporárias	(1.240)	(6.343)	(6.227)
Adições permanentes	(51)	(51)	(70)
Exclusões temporárias	619	5.209	4.875
Deduções fiscais	211	262	303
Outros	12	24	24
Total Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(2.268)	(5.843)	(9.132)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

	Saldo inicial em Janeiro/2019	Saldo final em Junho/2019	Constituição	Reversão	Saldo final em Dezembro/2019
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	125	125	37	(37)	125
Outras provisões	450	371	329	(144)	556
Provisão MTM	2.261	2.420	152	(12)	2.559
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.105	2.453	621	(354)	2.720
TOTAL - IRPJ	4.941	5.369	1.138	(547)	5.960
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	45	45	13	(13)	45
Outras provisões	162	134	119	(51)	201
Provisão MTM	814	871	55	(4)	921
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	758	883	223	(128)	978
TOTAL - CSLL	1.779	1.933	410	(197)	2.146
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	6.721	7.302	1.548	(744)	8.106

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de utilização em sua totalidade até o exercício de 2022. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2020.

Créditos Tributários de Imposto de Renda

	2020	2021	2022	TOTAL
Diferenças Temporárias	3.455	504	2.001	5.960
Valor Presente	3.299	460	1.743	5.502

Créditos Tributários de Contribuição Social

	2020	2021	2022	TOTAL
Diferenças Temporárias	1.244	182	720	2.146
Valor Presente	1.188	166	628	1.982

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de captação anual de 4,7% (107% CDI).

c. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 2.282 em 31 de dezembro de 2019 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (R\$ 1.799 em 2018).

20 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está representado por R\$ 290 (R\$ 340 em 2018).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Financeiro Bariqui e controladora da Bari Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

I. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do conglomerado envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recupe-

ração de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

II. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no conglomerado, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAOpad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

III. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

IV. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Esta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do conglomerado com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

V. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação, incluindo a realização de swaps.

O conglomerado conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

VI. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo conglomerado para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira a mantenha da liquidez do patrimônio da sociedade.

O conglomerado realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando situações que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

VII. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo conglomerado, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber: "O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

22 Outras informações

Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$20.000, totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A., com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulam tação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2019, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Curitiba (PR), 28 de fevereiro de 2020.

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO

Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO **MARIA TERESA FORNEA CARON**

Diretor Superintendente **Diretora Executiva**

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT

Contadora CRC PR 063966/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Bari Companhia Hipotecária (anteriormente denominado Bariqui Companhia Hipotecária) Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Companhia Hipotecária ("Companhia"), anteriormente denominado Bariqui Companhia Hipotecária que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bari Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas